

Tradições discursivas e tratamento de corpora históricos

desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro

Afranio Barbosa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BARBOSA, A. Tradições discursivas e tratamento de corpora históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 589-606. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



Tradições discursivas e tratamento de *corpora* históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro

Afranio BARBOSA

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq/FAPERJ

“Eu vim para confundir, e não para explicar”
Abelardo Barbosa – Chacrinha¹

Palavras iniciais

Quero aproveitar este antigo bordão do apresentador de televisão mais conhecido por seu personagem de palco chamado *Chacrinha* para dizer que a motivação deste texto foi a certa confusão que tenho verificado na aplicação do conceito de Tradições Discursivas (doravante, TDs) em algumas aulas e trabalhos que temos visto aqui e ali. Na verdade, não tenho a pretensão de resolver confusões e explicar o que é e o que não é TD. Minha posição aqui é a de quem tenta operacionalizar o conceito de TD no trabalho de tratamento das propriedades dos *corpora* para o estudo do português brasileiro. Nesse sentido, sem querer ferir o que singulariza parcialmente as TDs em relação às teorias dos gêneros, a forma como compreendemos o conceito e como o operacionalizamos aqui são, na verdade, muito mais as explicações que gostaria de ver como verdadeiras e pertinentes. Minhas considerações são, portanto, expressões de um desejo de tornar operacional o conceito de TD para aquele momento de solidão com nossos textos e dados a serem categorizados. Começemos nossas considerações a partir de exemplos, de casos quase reais.

¹ Apresentador de programa televisivo de entretenimento, de grande audiência no Brasil na década de oitenta do século XX. Esse bordão por ele difundido é, muito provavelmente, uma citação de frase do pintor catalão Salvador Dalí.

1 Tradições discursivas: definições e aplicações em *corpora* históricos

O Sr. Antônio Carlos Ladeira é advogado com larga experiência em tribunais e leitor assíduo do *Jornal do Brasil* e do *Jornal do Commercio*, jornal secular carioca. O Sr. João Vicente de Moraes é pedreiro e pregador em sua comunidade cristã pentecostal de Realengo, onde participa de grupos de estudos da Bíblia apenas escutando as discussões de seus irmãos de fé, pois o Sr. João Vicente é analfabeto. Apesar de não saber ler, João Vicente sabe o que se passa no Brasil e no mundo pelas notícias e programas de rádio e TV. Eles não se conhecem nem conhecem o Sargento Gonzaga, policial em Belo Horizonte, responsável pela redação de processos internos no 5º Batalhão. Gonzaga gosta de ler, aos domingos, as seções esportiva e policial do *Estado de Minas*. São três homens do século XX partilhando tradições discursivas jornalísticas, mas vivenciando uma em específico cada um deles: a tradição jurídica, a tradição bíblica e a tradição discursiva da burocracia militar.

O que torna certos domínios discursivos² (como o *jornalístico*, o *jurídico-legal*, o *bíblico* e o *processual executivo*), ou gêneros textuais (práticas sociocomunicativas relativamente estáveis) neles circulando, ou ainda, pensando em marcas linguísticas, o que torna certos usos recorrentes em dados textos TDs? A definição de TD é clara:

Entendemos por tradição discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados. (KABATEK, 2006, p. 512)

A própria estratégia de sequenciar três vezes o conectivo *ou* expressa o caráter de *reunião* do conceito de TD: dentro do conjunto de *elementos* desse *conjunto-união*, está (está) o(s) conceito(s) de gênero textual. Exatamente por isso é que a noção de gênero não equivale à de TD, ou seja, é uma das possibilidades de um conceito mais amplo, que lhe inclui e inclui regularidades de vários níveis para além das regularidades que configuram os gêneros.³

Essa relação de inclusão, contudo, se estabelece no plano conceptual, não impedindo o natural dinamismo de criação histórica que reconheça várias TDs a partir de um gênero textual. Seriam TDs reconhecidas, vinculadas a um gênero-fonte ao mesmo tempo em que este gênero-fonte, por definição, uma tradição de falar, seja um elemento dentro do conjunto conceptual das TDs. O mesmo dinamismo que, no sentido contrário, a partir

2 “Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana” (MARCUSCHI, 2002, p. 23).

3 Por exemplo, Barbosa (2006) e Barbosa (2009) operam em nível epilinguístico, avaliando pontuação e padrões grafológicos.

de situações históricas novas, pode modificar gêneros textuais em função de adaptações de modelos fixados em TDs estáveis.⁴

Em termos práticos, tratando dos estudos histórico-linguísticos com textos escritos pretéritos, a distinção entre TDs e gêneros é clara, quando analisamos o dinamismo entre a história social e as práticas sociais de escritos. Mas devemos dizer que, no referido âmbito de tratamento de fontes em *corpora* históricos, quando analisamos fenômenos linguísticos em TDs materializadas em gêneros textuais escritos, é inevitável que usemos uma coisa pela outra, pois estamos operando com a materialização de um dos elementos do conjunto de TDs e obedecendo à máxima: se nem toda TD é gênero textual, todo gênero textual, pelas regularidades que se transformam em habitualizações, é TD.

Nesse sentido, quando queremos investigar determinados fenômenos linguísticos extraindo dados de *corpora* já disponibilizados, qual a diferença de chamarmos *Editoriais* e *Cartas de Leitores* de TDs ou de *Gêneros Textuais* em nossos grupos de controle quantitativos? Quando haveria a *vantagem*, ou diferença epistemológica, em lançarmos mão daquele conceito de TD, e quando se nos bastaria o embasamento numa boa teoria de Gênero? Quando observamos alguns exemplos da leva mais recente de excelentes trabalhos de Mestrado, percebemos que as distribuições quantitativas/qualitativas de seus objetos de estudo por categorias textuais de controle não apresentam uma diferença epistemológica, ao optarem por atribuir a seus documentos os rótulos de *gêneros* ou *tradições discursivas*.⁵ Ou seja, as diferenças conceptuais não implicam diferentes leituras dos resultados, porque suas diferenças se anulem na inclusão dos gêneros dentro das TDs.

Essa é uma questão central do ponto de vista de quem tenta operacionalizar categorias de controle textual sob forma de *células contrastivas* em *corpora* históricos. Se os usuários dos *corpora* buscam neles dados morfológicos, sintáticos, discursivos, enfim, toda sorte de ocorrências linguísticas e epilinguísticas para seus diversos estudos, poderão distribuir seus dados por *células contrastivas*, ou seja, fatores externos, como espaço (região, cidade, nação/reino, etc.) e tempo (século, década, faixa etária, etc.), poderão distribuí-los, também, por categorias de textos que os organizadores desses *corpora* suponham definir potencial influência na distribuição, variação ou mesmo maior chance de aparecerem certos tipos de dados.⁶ É nesse sentido que seja para categorias gerais do tipo *Textos Notariais*, *Textos Oficiais*, *Textos Literários*, *Textos Particulares* etc., seja para categorias mais específicas como *Anúncios*, *Editoriais*, *Cartas de Leitores*, há de haver por detrás de cada uma delas algum critério de base para sua configuração. Se a opção para estabelecer esses critérios

4 Nesse sentido, conforme conclui Stoll (1998), é o que ocorre com modelos de tratados humanistas adaptados por cronistas das Américas coloniais para situações *inesperadas*, distinguindo os gêneros *relação* e *crônica*.

5 Ver Lobato (2009), por um lado, avaliando metodologicamente a interferência de *gêneros* em estudos de gramaticalização e, por outro, ver Gandra (2010), aplicando a noção de TDs no estudo de cartas pessoais da primeira metade do século XX.

6 Nesse sentido, mesmo em *corpora* orais, sabemos que a forma de configurar a categoria textual pode, ou não, favorecer o transparecer no *corpus* de certos usos cotidianos. Assim, por exemplo, no imenso material do Nurc, a modalidade Diálogo entre Informante e Documentador (DID) não permite, por sua forma de conduzir a interação, encontrarmos dados dos usos de pronomes de tratamento tal como verificamos nas ruas.

toma como referência o conceito de TDs e não o de alguma teoria de gênero, já há muito *na praça*, é preciso refletir um pouco mais num sentido mais amplo sobre TD.

Sabemos que as TDs vêm referidas como *modos de dizer* recorrentes, *habitualizações* praticadas no plano do discurso, que seriam muito mais do que unicamente *estáveis* historicamente: seriam abstrações, no plano histórico, que identificam modelos culturais motivados na experiência social com determinados discursos, **orais** ou **escritos**, que permanecem claros na consciência dos membros de uma comunidade e que lhes podem moldar certas atitudes discursivas.

Mas, se um domínio discursivo, um gênero ou um tipo textual podem ser, ou não, uma TD, como discernir, na prática, durante a etapa propedêutica de construção de *corpora* de sincronias passadas, se uma dada constância aponta numa direção ou noutra? Para chegarmos a TDs, bastaria a identificação de *recorrências* discursivas materializadas em fórmulas frasais, em vocabulário, em expressões cristalizadas, em usos de certos tempos e modos verbais. Bastaria percebermos recorrências em inflexões na fala, em geografias de disposição da mancha impressa (*lay-outs*), em certo modo de organização do discurso, como a narração, por exemplo. Bastaria verificarmos uma constante matemática ou percebermos um estilo. Mas, em última instância, a questão que nos interessa problematizar é quando uma recorrência seria, de pronto, a *habitualização* dentro do conceito de TD que implicasse diferença epistemológica em usá-la como categoria de controle em *corpora* históricos no lugar de categorias de gêneros textuais tradicionalmente usadas.

Se escolhemos operar com a definição de TD já referida, igualamos TD a qualquer tradição textual que disponibilize formas linguísticas como marcas recorrentes identitárias de um modelo textual *com história própria em relação aos outros textos escritos na sociedade*, quer dizer, com variações e mudanças dissociadas das variações e mudanças da língua em uso oral/escrito mais cotidianos. Nesse caminho, realmente, as TDs se igualam a tipos textuais, gêneros discursivos, estilos, e assim por diante. Mas, seguindo essa via, sem olhar para o lado, deixaremos de fora outros casos de TDs. Para além desses, existem TDs quando a modelagem textual se opera numa relação de materialização de abstrações textuais mais amplas, que vão desde valores da cultura escrita em articulação com modalidades culturais diversas (a ideia de língua culta e cinema, por exemplo), até o caso de materializarem nos textos opções gráficas mais ou menos próximas da abstração *escrita erudita/correta*, um dos legados clássicos latinos no Ocidente.

Em busca de um desdobramento de sentido das TDs, na verdade, seguindo um dos aspectos dentro da amplitude do conceito para sua aplicação ao tratamento de categorias externas de controle em *corpora* históricos, falamos em TDs **se as recorrências textuais estiverem aliadas a uma tradição cultural para além do dado em si, em um segundo movimento de afastamento, um segundo movimento de abstração dos dados que a materializam**. Em outras palavras, uma TD implica ter sido estabelecida de forma prolongada na linha do tempo, uma continuidade de modelos textuais originados no âmbito da cultura escrita que vão criando a consciência social de haver *uma dada instância abstrata*

mais ampla que as instâncias abstratas das normas textuais que formam a consciência de haver o estilo tal ou qual, o gênero tal ou qual, o domínio discursivo tal ou qual. Se voltamos para o modelo coseriano que separa em dois movimentos de abstração, Norma Linguística e Língua Histórica, encontramos neste nível histórico do falar humano a contraparte chamada *Tradição Discursiva*, desmembrada em Koch (1997). Nesse sentido, TDs fazem paralelo à Língua Histórica, e as normas textuais, paralelo às Normas Linguísticas.

Cabe lembrar que *linguístico* oposto a *textual* aqui diz respeito ao âmbito *fonte de uso* da língua. É a Norma Linguística que advém da linguagem em uso real na sociedade, focada na modalidade natural da fala, que passa, ou não, ao registro escrito. O foco de partida é o universo *linguístico* da língua em uso representativo dos estratos sociais e das construções sociocomunicativas faladas e escritas. Por outro lado, é a Língua Histórica que, em um segundo movimento de abstração, faz com que um indivíduo da sociedade brasileira forme uma consciência histórica de haver uma Língua Portuguesa diferente da Castelhana. Isso de tal forma, que, ao ler Camões ou Gil Vicente, diga: *apesar das diferenças, esses dois escrevem em português, mas não acho que este outro escreva. Parece espanhol. É a Língua Histórica Português em oposição à Língua Histórica Espanhol* que o tal indivíduo tem em mente quando compara Camões a Cervantes, por exemplo.

Nesse paralelo às línguas históricas, TD é a norma abstrata textual que advém da linguagem escrita em uso real, mas encerrada em determinados lugares da cultura escrita de cada sociedade,⁷ focada inicialmente na modalidade secundária da escrita, que passa, ou não, ao registro falado e que, em um segundo movimento de abstração, faz com que um indivíduo da sociedade brasileira forme uma consciência histórica de haver um ente discursivo nomeado desta ou daquela forma e com o qual, como elemento de sua cultura, ele operacionaliza suas articulações criativas, avaliações ou indiferença. Exatamente por haver, no paralelo com a Língua Histórica coseriana, esse segundo movimento de abstração, uma consciência social formada a partir, sim, do contato com formas escritas ou oralizadas de um ou mais de um gênero textual escrito, exatamente por isso é que, **do nosso ponto de vista**, alguns gêneros textuais são e outros não são Tradições Discursivas. Assim, por exemplo, uma *écogla* é uma produção escrita presente em nossa história e que, em um primeiro movimento de abstração a partir de certas recorrências, se torna um gênero textual. Mas uma *écogla* não formou uma consciência histórica na cabeça de nenhum grupo na sociedade brasileira como o fez a composição poética *soneto*. Mesmo sem serem leitores assíduos de sonetos, mesmo que não saibam quais são as características estruturais de um soneto, muitos grupos de nossa sociedade têm em mente que *soneto* é algo da cultura escrita com o que se operacionaliza, se articula criativamente a mistura com um *funk*, que se enxerta inteiro em uma canção do grupo Legião Urbana; algo da cultura escrita que se avalia como algo chato ou, simplesmente, algo a que se lhe é indiferente.

⁷ Vale ressaltar que o tratamento dado aqui às TDs vincula sobremaneira a transmissão de uma a outra no plano da escrita em razão de sua abordagem em *corpora* histórico-diacrônicos, e não por questões de conceituação de TDs. Sabemos que diversas TDs nascem na oralidade, podendo, ou não, passar a TDs escritas.

Por ambientarem-se nesse paralelo com as Línguas Históricas, as TDs são instâncias com autonomia em relação às normas objetivas dos usos na sociedade – a famosa história dos textos separada da história das línguas – e com autonomia, também, em relação às marcas dos tipos, às práticas sociocomunicativas dos gêneros e à própria abstração histórica que circunda as entidades chamadas de domínios discursivos. O foco das TDs é relativo ao foco do grupo que as reconhece. Os tipos, gêneros e domínios discursivos podem existir sob o olhar dos observadores que com eles lidam e são em si dados culturais, mas só serão TDs se existirem para grupos, que lidem ou não com eles, que os compreendam como realização de uma abstração cultural para além de si: a abstração de uma valoração cultural, ou seja, para efeito de categoria de controle em *corpora* históricos:

Uma **Tradição Discursiva** é uma **abstração da cultura escrita** em uma dada sociedade **que identifica uma projeção histórico-discursiva** instituída a partir de normas textuais materializadas em um modo recorrente e continuado de uso de elementos linguísticos ou epilinguísticos.

Observemos que alocar as TDs no âmbito da escrita, ainda que se ressalte o tempo todo que elas podem ser também da oralidade, não é contraditório. Se pensarmos em continuidades históricas que se transformaram em textos fixados na tradição oral de sociedades ágrafas, ou em parcelas historicamente ágrafas dentro de sociedades com escrita, podemos ver na relação destes textos orais fixados na história com os gêneros textuais orais dos estratos sociais e funções sociocomunicativas do dia a dia nessa sociedade ágrafa **a mesma relação discreta** estabelecida entre norma linguística e tradição discursiva.

Se sairmos do exemplo extremo de sociedades ágrafas e pensarmos em sociedades com tradição em cultura escrita, podemos também compreender as TDs orais. Podemos, por exemplo, encontrar TDs que se mantenham historicamente desde fases ágrafas em língua vernácula dessa sociedade, como por longa fase medieval na Europa. Podemos, também, pensar em TDs orais vivas há muito em sociedades com tradição escrita. Mas, mesmo nessas, quando se investigam as origens, medievais, se europeias, coloniais, se americanas, quase sempre terá havido um texto escrito de base. Quase sempre, para não dizer sempre, terá havido o contato com o texto escrito em algum espaço de oralização de textos escritos. Eram os espaços para leituras em alta voz de sermões, novelas de cavalaria, leis e testemunhos de compra e venda na Idade Média; eram os espaços familiares ou públicos para leituras em voz alta dos folhetins publicados em jornais do século XIX, prática geral no Brasil; é o espaço televisivo como o espaço contemporâneo de oralização da escrita, onde praticamente todos os brasileiros, alfabetizados ou não, podem, com volume alto, médio ou baixo, ouvir textos calcados na escrita ou ouvir, tal qual na Idade Média, textos escritos oralizados. Todos os dias, milhões de pessoas ouvem o que está escrito no *teleprompt* dos jornalistas nos jornais televisivos nacionais. Em seu vernáculo, um certo ouvinte produz *tauba*, *meus óclos* e *nóis é dez*, mas, no contato com a TV, ele ouve, compreende e deixa disponível em seu repertório a *tábua*, os *óculos* e *somos*. E deixa disponível sem preconceito linguístico, sem traumas. Vai formando TDs no âmbito oral desde

sua partida, mas de uma partida com o texto escrito e suas formas por detrás das palavras faladas.

Pensemos em nosso personagem evangélico de nossa introdução. Lembremos do Sr. João Vicente de Moraes. Ele é pedreiro e pregador em sua comunidade cristã pentecostal. É visto pela sociedade como membro do segmento religioso chamado de *evangélico*. Se, na década de sessenta, no Brasil, os evangélicos eram minoria cristã quando confrontados com a maioria cristã católica, apostólica, romana, a partir da década de setenta, iniciou-se um tamanho processo de crescimento avassalador no número de pessoas convertidas a alguma denominação evangélica, que hoje, em alguns estados, como o do Rio de Janeiro, constata-se haver locais onde são maioria absoluta. Os evangélicos impõem-se como grupo na vida político-social: formam bancadas nas câmaras de vereadores e deputados; têm sua própria indústria e mercado fonográfico, livresco, valendo-se, inclusive, de redes de televisão evangélicas, com parte da programação voltada para evangélicos ou potenciais convertidos. Estamos aqui falando de um dado religioso como evento social no Brasil das últimas décadas. Assim sendo, o Sr. João, quando trabalha como pedreiro, é visto como um evangélico para as avaliações positivas ou negativas dos segmentos sociais, religiosos ou não, com que trava contato. Seus colegas de obra, seu capataz, os engenheiros responsáveis, e assim por diante. Nesse contato, ele pode falar de religião, de sua crença em Jesus, em sua aversão à adoração de imagens de santos e todos e quaisquer aspectos de sua forma de ver a relação metafísica entre vida e morte.

No entanto, quando o Sr. João se vê imbuído da tarefa de pregar a fé em seu trabalho, no almoço com colegas, numa conversa descontraída com os engenheiros ou, principalmente, de terno na praça pública, nos trens da Central do Brasil ou no púlpito de sua igreja aos domingos, *ele assume em seu texto falado uma série de modos de dizer que não fazem parte de seu vernáculo nem da abstração que ele detenha do que seria uma norma culta*. São itens vocabulares, expressões fixas, formas conjugadas de verbos às vezes apontadas como o padrão culto escolar nas escolas que ele nunca frequentou, às vezes inventadas de sua própria cabeça, mas que têm um papel claro: falar de sua fé dentro da função mais nobre que é levar pessoas para o caminho para ele verdadeiro de salvação. Ele usa a segunda pessoa do plural em verbo no imperativo e diz *cantai*; ele diz *eles estão à sinistra de Deus*, sem confundir o sentido de *sinistra* com o sentido livresco de *macabra* ou com a gíria juvenil que usa *sinistro* como expressão de algo positivo, incrível, algo *demais*.

O Sr. João, portanto, para falar de Jesus, ativa a abstração histórica que ele detém da tradição discursiva bíblica dentro de uma ambientação social *evangélica* em processo há décadas, que o põe em contato, sempre oralmente, não só com uma série de textos escritos didáticos e paradidáticos desde sua infância nas EBFs (Escolas Bíblicas de Formação) de Realengo, mas principalmente com o domínio discursivo bíblico e seus diversos gêneros textuais absolutamente variados entre si, desde a historicidade do Êxodo, até a tessitura considerativa do livro da Sabedoria. Ele parte do contato oral com fontes escritas sob gêneros muito tradicionais e, acertando ou errando os imperativos em segunda pessoa do

plural, materializa a TD que não se limita ao seu próprio falar estilizado, mas reúne a concepção do Sr. João do que é pregar a palavra de Deus com a concepção dos engenheiros, capataz e demais membros da sociedade do que é, no falar do Sr. João ou na ideia que eles fazem dos evangélicos, uma *pregação de evangélico* como entidade sócio-histórica que, ligada ou não à realidade do Sr. João, é a TD evangélica. Se pensada em sua relação para fora da atividade discursiva do grupo religioso, essa TD pode ser operacionalizada como categoria sociológica em si, ou seja, os *evangélicos* como categoria sociológica e servir-se dela no contraponto a *católicos, luteranos, anglicanos, ortodoxos*. Como categoria sociológica, o fato de ser evangélico pode ser objeto de admiração no discurso elogioso de patroas de suas empregadas domésticas quando são *evangélicas*, em função de sua diligência e gosto pelo trabalho; pode ser objeto de humor quando se fala que alguém está chato, pois só fala de Jesus o tempo todo. Enfim, é uma abstração cultural gerada com foco inicial em textos escritos que, dentro e fora dos grupos que a vivenciam, escrita ou oralmente, gera uma imagem a partir da recorrência de modos de dizer que não são, necessariamente, representativos da norma geral, norma culta, vernácula e nem do padrão culto escolar da época do Sr. João. Sua fala sobre Jesus, se gravada, não seria exemplo da época e do segmento social do Sr. João para *corpora* de nenhum projeto de pesquisa sobre a língua. Sua fala para pregar suas verdades de fé seria expressão de uma TD com história própria e, ainda que relacionada, autônoma em relação à língua do Sr. João. O próprio rótulo social atribuído a ela muda com o tempo. O discurso de *evangélicos* atual já foi, sob o olhar depreciativo de quando eram minoria nos anos 70, *papo de crente*.

Exemplos como esse de TDs mais amplamente conhecidas dentro da sociedade podem dar a impressão que só seria TD algo que estivesse calcado em fontes escritas tão amplamente difundidas, como é o caso dos gêneros textuais e da própria ambientação bíblicos. Mas não é esse o caso. Quando retomamos nosso segundo personagem, o sargento Gonzaga, de Minas Gerais, vemos que se realiza um TD que ele e seus colegas de burocracia vivenciam no domínio restrito discursivo da burocracia militar, muito provavelmente reproduzindo uma história modelar que vem desde a burocracia colonial. As sentenças gerundivas sequenciadas de forma independente, sem estarem ligadas por uma oração principal, devem fazer eco à mesma prática da sociedade manuscrita colonial brasileira, cuja burocracia guarda vários exemplos dessas estruturas peculiares. É um modo de dizer da burocracia, ao menos daquele batalhão, que não tem a ver com a história da língua em Minas, mas com a história da burocracia oficial que, para aquele grupo, materializa uma tradição maior que um simples jargão profissional e pode ser materializada de outras formas recorrentes no âmbito daquela prática burocrática pelos outros sargentos, colegas de Gonzaga.

Se voltarmos nossa atenção para as recorrentes menções às linhas tênues que separam TDs de certos gêneros textuais e de certos domínios discursivos, só poderemos não transformar essas linhas tênues em linhas tênues pontilhadas já meio apagadas por uma borracha e cobertas aqui e ali com esmalte corretivo se, no plano teórico, vinculamos

as TDs àquela abstração da abstração. Mais que isso, só não vamos misturar coisas tão próximas na prática se, no trato direto com sua contraparte material nos textos, não perdermos a noção de que as recorrências se tornam habitualizações porque se elevaram a entes discursivos tornados dados históricos da cultura escrita dentro e fora dos círculos culturais que produzem, desfrutam, analisam, enfim, vivenciam esses textos. Digamos que, em termos práticos, a recorrência de usos identifica um estilo/gênero textuais; a relativa estabilidade desses usos ao longo do tempo identifica a norma abstrata vinculada à ideia de gêneros textuais mais gerais, formadores de subgêneros ou de domínios de circulação de gêneros textuais, criando entes identificadores de domínios discursivos. Agora, a formação de uma ideia que projeta uma categoria textual formada ao longo da história identifica um componente textual da cultura escrita operacionalizado pelos membros da sociedade como um dado cultural *in abstracto*, que pode estabelecer uma função modelar, materializada na presença de suas marcas recorrentes tanto nos textos fonte da construção das TDs, quanto nos textos orais ou escritos por elas influenciados. Em outras palavras, essa contraparte materializada das TDs, como dito, ou se encerra em recorrências de usos dentro dos gêneros-fonte, aqueles motivadores históricos da projeção, ou *se espraia* por outros textos.

De qualquer forma, trata-se de uma contraparte material sempre recorrente (como qualquer elemento que marcará um gênero, um estilo profissional etc.), mas é, também, continuada no tempo, quer dizer, tem certa duração, uma longevidade, a ponto de se estabelecer como projeção na sociedade. Tudo é possível, mas é estranho pensar em uma tradição baseada em algo feito nos últimos cinco anos. A continuidade que chega a começar uma tradição pressupõe, cremos, uma prática que se mantenha ao menos pela geração seguinte, aquela que não viveu o florescer e o auge de um evento social. Esse modo recorrente e continuado, como já apontamos, não cobre todos os casos de TDs. Ele em si é o estilo, o gênero textual, o jargão profissional, etc. Ele, *em si*, pode gerar uma abstração, um ente, o domínio discursivo onde circulam gêneros. Esse modo recorrente e continuado pode chegar a materializar categorias sociais oriundas da cultura escrita.

Dentro daquele sentido inicial em nosso texto, aquela noção mais simples de TD, os usos linguísticos que traduzem as materializações das TDs podem ser desde uma estilização com sufixos diminutivos, passando por vocabulário. O epilinguístico pode ser desde os usos gráficos em palavras, até o *lay-out* dos caracteres e das molduras no suporte (como os impressos jornalísticos e suas seções). O ideal é saber-se se essas materializações recorrentes estabelecem os textos sob estudo como o domínio gerador da TD ou se essas fórmulas, léxico, enfim, modos de dizer são reflexos de uma tradição textual da cultura escrita. Por isso, de novo em termos práticos, as TDs, fora os casos clássicos, sabidos de antemão por nossa sociedade, acabam se revelando com estudos em painel de vários materiais dentro e fora dos domínios de circulação textual que investigamos. Nossa certeza se a regularidade é uma TD e nosso reconhecimento de seu alcance se dão em nossa percepção de uma clara relação modelar estabelecida entre o conjunto de textos modelares

e os conjuntos de textos modelados pelos primeiros. Em outras palavras, reconhecemos TDs pelas realizações concretas orais ou escritas que fazem certos usos recorrentes e continuados em certos textos se aproximarem ou se afastarem dos usos recorrentes em conjuntos de modelos que encerrem, supõe-se, uma abstração cultural mais ampla. Se pensarmos em tradições culturais mais amplas em outras áreas, podemos traçar paralelos elucidativos. Pensemos na moda.

O que é a moda *hippie*? Ou sua forma transformada *hippie-chique*? Houve um movimento cultural nas décadas de 60 e 70 do século XX que preconizava um *modus vivendi* calcado na liberdade absoluta: das relações amorosas às formas de sustento coletivas. A liberdade manifesta em suas roupas criou uma profusão de cores, tecidos e acessórios. Depois da era *hippie*, criou-se uma ideia, uma abstração do que seria uma roupa em estilo *hippie*. Ainda que não haja uma enumeração fechada de elementos que precisem o que identifica a moda *hippie*, sabe-se que uma dada roupa é inspirada nos *Hippies*. Isso ainda que se misturem à roupa elementos que não fizeram parte do evento histórico-social *era hippie*. A moda *hippie* é uma abstração cultural gerada na habitualização de alguns elementos de vestuário, mas que ultrapassa esses mesmos elementos efetivamente usados por *hippies*. É uma habitualização continuada para além do evento histórico *hippies*. É uma tradição da moda. As TDs são abstrações culturais geradas na habitualização de elementos discursivos (*lato sensu*), mas que ultrapassam esses mesmos elementos efetivamente usados em tipos, gêneros ou domínios discursivos. As habitualizações continuadas na linha do tempo concretamente realizadas em eventos sociocomunicativos, marcas linguísticas ou domínios discursivos são a contraparte concreta da TD abstrata, mas não são a TD em si. Como a TD é uma abstração cultural, pode ser mapeada nos próprios gêneros textuais de onde partiu, mas também em textos que, por uma decisão dos indivíduos, foram por eles modelados.

Uma vez estabelecida uma dada continuidade ao ponto de criar uma dada TD, ela própria, por ser autônoma, pode sofrer mudanças independentes das mudanças linguísticas na língua em uso a cada fase histórica. Cabe aqui, agora, aplicar tudo isso aos nossos personagens iniciais para, depois, retomarmos essa operacionalização metodológica no tratamento de *corpora* oitocentistas: jornais oitocentistas.

2 Lidar com jornais brasileiros do século XIX: rótulos funcionais, gêneros textuais e tradições discursivas

Se retomarmos nosso primeiro personagem, o Sr Ladeira, poderemos considerar essa relação entre a abstração social seja geral, seja em sua prática profissional e a modelagem sobre outros textos do próprio senhor Ladeira. Todos temos uma consciência de haver um discurso jurídico e uma tradição discursiva jurídica. O Sr. Ladeira, em contato profissional com vários gêneros jurídicos, pode modelar certos textos seus por essa tradição. Pode, por exemplo, no exame que prestou para o cargo público de Juiz, escrever

sentenças sem vínculo sintático a uma oração principal como reflexo dos modos de dizer dos textos jurídicos fonte da tradição jurídica. Sua prova é um texto modelado diretamente pela relação de interesse com a tradição jurídica. Mas é possível que o Sr. Ladeira deixe transparecer em textos seus, em contextos profissionais menos marcados que o de sua prova de concurso, várias materializações da TD com que opera diretamente em seu dia a dia. Talvez não em uma carta (ou e-mail) pessoal, mas em uma carta que mande para ser publicada no *Jornal do Commercio*, em que assina como um simples cidadão, mas menciona ser advogado. Pode ser que nessa carta de leitor apareça uma sentença sem articulação com uma principal que enxerte em seu texto formal uma marca da tradição discursiva jurídica.

Esse é o ponto que mais me interessa: como mapear, em cartas de leitores, o que é dado não da língua de quem escreve segundo o registro em que escreve, mas sim dado de uma tradição discursiva com história de mudança paralela? Mais que isso, se somos contemporâneos ao Senhor Antônio, podemos operar com consciência partilhada com ele de abstrações culturais em comum, que todos sabemos quais são, seus alcances (se gerais ou restritas a certos grupos) e a valoração positiva ou negativa sobre elas. Conheço a variação linguística de minha época, a mesma da do senhor João e de uma data de fenômenos linguísticos em variação ou em mudança. Contudo, se pego exemplares do *Jornal do Commercio* não de 2009, mas de 1875, não sei nada das TDs na sociedade. Só me resta, claro, observar recorrências sem saber, *a priori*, se são gêneros ou se traduziam habitualizações, materializações de abstrações discursivas, para além das abstrações que seriam, para os homens da época, gêneros.

Isso impede que pesquisemos e suponhamos serem as recorrências TDs em jornais do século XIX? Claro que não. Mas impede que assumamos de pronto que recorrências percebidas em cinco anos em um dado jornal definam uma TD. Mesmo que assumamos uma definição de TDs que inclua em seu escopo toda e qualquer regularidade discursiva que projete uma imagem abstrata e identitária de um ente textual sem a necessidade de continuidade considerável na linha do tempo, sem a necessidade de ter se tornado um dado da cultura escrita para além do círculo leitores/produtores/analistas dos textos, sem a necessidade, ainda de servir de modelo textual para textos cotidianos de variados gêneros, mesmo assim, do ponto de vista de quem investiga propriedades dos *corpora* para a pesquisa linguístico-histórica, *é preciso cobrir por décadas e por vários lugares de circulação de textos para sabermos se a TD foi de menor ou maior alcance*. Para nós, que já nos habituamos a rubricar certos lugares textuais como de linguagem especial, marcadora de estilos, normas, o que mais interessa é saber se uma TD se transformou em modelo textual amplo na sociedade da época em questão e por isso conseguimos perceber as mesmas recorrências textuais de um dado conjunto de textos geradores de uma TD em outros textos variados. Podemos dizer que o que mais nos interessa em relação às TDs é identificá-las para reconhecer suas marcas textuais de habitualizações quando presentes em textos fora das TDs, mas modelados por elas.

Se conseguirmos, de forma indireta aos textos que temos à nossa frente, saber que a sociedade já construíra para aquela TD uma imagem para além do círculo de leitores/ouvintes dos textos onde as recorrências são levantadas, isso será o ideal. É a garantia de uma TD de grande alcance. Quando aplicamos isso ao universo dos jornais oitocentistas, percebemos que, na prática, é preciso um pouco mais de investida nos jornais separados pelos grandes eventos históricos que fazem mudar não somente a sociedade como um todo (da Colônia para o Império; do Império para a República), mas os eventos que fazem mudar suas linhas editoriais, suas redes de leitores, seus papéis de referência de qualidade. Em outras palavras, o ideal é aliar à recolha de exemplares ao longo do século um olhar já pré-ocupado com as informações indiretas sobre a história social da escrita da época dos exemplares de jornais investigados. Por exemplo, enquanto se levantam recorrências folhetinescas no *Jornal do Commercio*, recolhem-se em outros jornais comentários sobre o papel de referência por ele exercido para diversos periódicos.

Mais do que nunca, a ressalva acadêmica *até onde se sabe* tem seu lugar para além da retórica modalizadora. É uma exigência do momento de descoberta e de investimento sobre novos *corpora* históricos que a Linguística de *Corpus* está vivendo hoje no Brasil. Contamos com uma quantidade de *corpora* “de dar inveja” a quem pesquisava nos anos oitenta. Mas, agora, o mapeamento de TDs em curso no século XIX (e em quaisquer outros, claro) e de seus reflexos em textos mais cotidianos, como numa carta de leitores de algum outro Antônio que vivera no século XIX, é uma tarefa propedêutica de quem constrói *corpora* históricos. É seguir construindo e descrevendo o que se encontra, para tentar, aos poucos, perceber uma relação modelar que um conjunto de textos estabeleça com outro.

Veja-se que, uma vez que não temos a consciência do lugar social de rótulos textuais usados nos jornais brasileiros dos oitocentos, se cada rótulo indicava uma TD na qualidade de categoria reconhecida e operacionalizada fora do círculo dos que a vivenciam, só podemos, e devemos, tentar percebê-la nos comentários indiretos registrados ao longo da história, ou no que é mais frequente, na observação de recorrências de certas marcas linguísticas que identifiquem gêneros ou práticas da cultura escrita e que se repitam em outros textos numa clara relação de textos modelares e textos modelados. Vejamos dois exemplos de textos modelares que circulavam nos jornais oitocentistas brasileiros e que nos alcançaram fora e dentro de seus domínios discursivos originais: os *folhetins* e os *editoriais*.

2.1 Dos folhetins

Os *folhetins* são um excelente exemplo de tradição na cultura escrita para além das marcas linguísticas recorrentes e do gênero literário em si. Observemos que, hoje, quando se fala das novelas como *folhetins eletrônicos*, fala-se de uma produção ficcional televisiva com traços de composição herdados de produções ficcionais do rádio que, por sua vez, herdara esses mesmos traços de produções ficcionais escritas em periódicos oitocentistas. Nesse caso, o rótulo *folhetim* remete a produções *em aberto*, ou seja, não terminadas. Seus

capítulos são redigidos à medida que vão sendo conhecidos pelo público (leitores, ouvintes, telespectadores). As próprias reações do público-alvo podem determinar mudanças nos rumos da história. Esse procedimento de composição praticado hoje na TV, no Brasil, vem desde a difusão, no século XIX, dos chamados *romances-folhetim*, um desdobramento dos chamados *romances em folhetim*, quer dizer, romances fechados, obras prontas, que foram partidas e publicadas aos poucos em periódicos. Tanto os *romances-folhetim*, quanto os *romances em folhetim* já apresentam alguns traços estruturais em comum: vários personagens que entram e saem da trama em seus vários mini-núcleos, uma divisão clara entre os personagens do bem e os do mal; e o encaminhamento ao final de cada parte, de modo a criar um gancho de suspense que crie tensão e prenda a curiosidade do leitor para o próximo capítulo. Tanto os *romances-folhetim*, quanto os *romances em folhetim* contavam com heróis do Romantismo idealizados e não idealizados. Mas foi a figura idealizada do herói a que mais se fixou na memória popular: aquele cheio de valores nobres, cujas ações sempre concorrem para a consumação da justiça, pureza e verdade de sentimentos. Em nível dos modos de organização textual, nesses romances, abundavam as longas descrições de domínios e de perfis humanos.

Os *folhetins*, seja no sentido de *romance-folhetim* ou no de *romance em folhetim*, criaram uma imagem de obra ficcional para além dos muros de seu domínio discursivo jornalístico. Esses procedimentos estruturais, todos juntos ou parte deles, aparecem recorrentemente em obras ficcionais de diferentes domínios de circulação em todo o mundo. Se olharmos, por exemplo, mais de perto a estruturação da produção televisiva norte-americana *24 horas*,⁸ perceberemos que reina absoluto o gancho suspensivo ao final de cada episódio, perceberemos que a quantidade absurda de personagens que entram e saem da trama ajuda no dinamismo da história e que o herói central (Jack Bauer), apesar de matar, torturar, e mentir para inocentes, sempre tem suas atitudes justificadas na salvação de milhares de vidas ou na manutenção de sua palavra dada em confiança. Como essa peça televisiva feita também para o comércio avulso de mídias eletrônicas, várias produções cinematográficas das décadas de 40 e 50 do século XX mantiveram a mesma escola. Os ganchos de suspense em *Flash Gordon* (contra o Imperador Ming) provocaram muita ansiedade em garotos que esperavam uma semana para assistirem à continuação da história nas salas de cinema em todo o Brasil. Estratégia inventada pelos folhetins brasileiros? Evidente que não, mas com certeza estratégia difundida aqui e fora daqui no século XIX em jornais da Europa e das Américas. Difusão tão intensa, que chegou a internacionalizar autores e enredos já à época e que depois seriam novamente difundidos pelo cinema, como as obras de Alexandre Dumas. No âmbito de nossa pesquisa, encontramos o folhetim internacional *A Filha do Povo*, traduzido e publicado no *Jornal do Commercio* em 1874, também impresso na Inglaterra e Espanha. Esse folhetim publicado por 4 meses no rodapé em dimensão de um livro *em oito*, pois a página do jornal tinha mais de sessenta centímetros,

8 Especialmente a 1ª e 2ª temporadas dessa série dramática criada por Joel Surnow e Robert Cochran, produzida pela Fox Broadcasting Company em 2002 e 2003, respectivamente.

é um dentre milhares de romances em folhetim que circulavam em concomitância com outros, por vezes tão longos, por vezes, curtos, com não mais em quatro partes.

Essa difusão tão ampla nos oitocentos, continuada no século XX, dentro de um processo histórico de formação de relativo público *de massa*, cria uma instituição modelar igualmente ampla, bem além do universo textual de partida, quer dizer, bem além dos textos literários publicados em periódicos. Difusão que não poderia ter sido constituída se não fosse o papel modelar dos periódicos oitocentistas na cultura escrita do mundo ocidental e particularmente no Brasil.

Se hoje a figura de herói presente no público geral é a do herói romântico – e não do herói sob a moira grega, por exemplo –, é porque houve continuidade histórica de difusão de meio para meio de comunicação de massa desde o século XIX: TV, cinema, rádio e periódicos pondo diferentes públicos de diferentes países em contato com recorrentes características folhetinescas. Veja-se, por exemplo, que, ao longo de boa parte do século XIX, os jornais brasileiros publicaram gigantesca quantidade de traduções de folhetins estrangeiros. Eram publicações paralelas da mesma obra que circulava em jornais ingleses, espanhóis e franceses. Eram sucessos internacionais que se tornavam sucessos realmente nacionais.

Não se deve supor pequeno o público atingido pelos folhetins em jornais. A prática de leitura em círculos familiares e públicos era uma instituição no Brasil oitocentista. Outra medida para esse sucesso é a publicação concomitante de mais de um folhetim no mesmo jornal, às vezes repetida em jornais por todo o Brasil. Havia folhetins em toda sorte de periódicos de circulação nacional ou regional. Isso significa dizer que os *romances-folhetins* e os *romances em folhetim* e suas marcas recorrentes criaram uma abstração, uma imagem de texto ficcional especialmente difundida na sociedade não apenas pelo número estelar de publicações, mas pelo lugar dessas publicações na sociedade oitocentista: em época de poucos leitores, de poucas escolas e de poucos livros, a forma mais ampla de difusão da cultura escrita entre alfabetizados e mesmo para analfabetos eram os periódicos e os gêneros textuais neles veiculados. O papel de modelo de escrita para os redatores em seus textos cotidianos, diferentemente do século anterior, foi exercido pelos jornais no Brasil. A difusão das marcas folhetinescas é só mais uma comprovação disso no âmbito cultural mais amplo. Essa TD oitocentista reconhecida como categoria cultural mais ampla, contudo, não deixa de exigir cuidado metodológico para identificarmos suas habitualizações no plano linguístico, que depois serão por nós reconhecidas em textos modelados por ela.

Do ponto de vista de quem constrói os *corpora* para a pesquisa linguístico-histórica do Português Brasileiro, os *folhetins* deverão ser apenas um rótulo a ser descrito não só com os recortes teóricos contemporâneos, mas também com os testemunhos de época. *Romances-folhetim* e *romances em folhetim* são categorias atuais, fruto de nosso olhar. Para os homens oitocentistas, nos jornais, tudo ficava sob o rótulo *folhetim*, que abarcava seus sentidos anteriores e outros tipos de obras literárias. Em nossas investigações linguístico-históricas, especialmente em sociolinguística histórica, teremos sempre que articular em

nossos levantamentos de *recorrências* tanto nosso olhar contemporâneo, quanto os rótulos usados à época de suas publicações. E por que fazer isso? Porque, se, para os homens da imprensa oitocentista, *folhetim* abarcava coisas distintas, é porque, em nível pragmático, haveria um traço comum em seus papéis sociocomunicativos e em seus diferentes rótulos usados nas referências aos *folhetins* encontradas nos jornais, cartas pessoais, livros, enfim, em fontes diretas paralelas à mesma época.

Esse controle que não dispensa nosso olhar nem o dos que liam os periódicos nos dias em que foram impressos evita que percamos fatores que realmente possam pesar na escolha de uma variante X sob estudo em nossos N trabalhos em curso.

Em relação aos olhares do século XIX, veja-se que o rótulo *folhetim*, inicialmente, era um lugar geográfico na folha do periódico com função clara: o rodapé que guardava peças de entretenimento. Dentre elas, romances partidos, piadas, críticas de peças encenadas nas cidades, comentários sobre o dia a dia da cidade, etc. Com o tempo, o lugar passa a privilegiar romances, que também poderiam vir no corpo da mancha gráfica. Com o passar do século, o rótulo *folhetim* no corpo do jornal podia guardar tanto romances quanto crônicas, colunas de opinião e o rodapé guardava especialmente os romances. Não se chegou a lugares e rótulos exclusivos, mas chegou-se a recorrências que determinaram, com ou sem rótulo expresso, o rodapé a ser o lugar geográfico não mais de entretenimento, mas de romances. Deveremos, portanto, aproveitar essas categorias de época para nossos recortes de controle em trabalhos quantitativos. Nunca sabemos de antemão o que poderá ter guiado a variação linguística naquela época.

Esse procedimento metodológico de controlar em paralelo 1) gêneros textuais, 2) rótulos funcionais do veículo de circulação e 3) rótulos informais em referências espontâneas guarda em sua base a ideia de não sobrepor à realidade multifacetada do objeto fonte de dados, os textos, as categorias de nosso ponto de vista teórico. Se, para nós, um texto retirado de um jornal da seção *folhetim*, *cartas de leitores*, *notícias* ou *editoriais* se encaixa em nosso conceito de *crônica*, isso deve se tornar um controle. Mas os traços que aquela *crônica* talvez tenha apresentado à época incidentalmente com cartas de leitores, notícias ou editoriais não pode escapar como hipótese de interface com propriedades nos fenômenos por nós estudados. Na verdade, apesar de sugerir certa sobreposição de controle, vale, inclusive, investir no controle de seções internas, trechos recortados por cada pesquisador em função dos *modos* de organização textual (trechos descritivos, narrativos, diálogos, considerativos, etc.). Esse é um cuidado a mais para o trabalho com materiais de contextos sociocomunicativos que não os do nosso tempo.

2.2 Dos editoriais

O procedimento de tratar os *folhetins* em periódicos como Rótulos Funcionais, Gêneros, ou TDs é o mesmo para outros casos de textos em circulação nos periódicos do século XIX. Os *editoriais* são um bom exemplo de TD de textos não literários que alcançaram os jornais atuais.

Compreendamos *editoriais* como uma seção (fixa ou esporádica) para os textos que expressam a posição oficial tomada pelo jornal em relação a determinadas matérias, em geral, sobre os assuntos na ordem do dia nas notícias. Essa seção assume vários rótulos nos jornais do século XIX: *editorial*, *cartas de editores*, *colaboração*, dentre outros. Por vezes, mesmo sem rótulo algum, é o lugar geográfico na folha que determina o texto ser reconhecido como o editorial do periódico lido. A observação dessa recorrência, então, revela uma categoria funcional para textos de diversos gêneros às vezes ali enxertados: cartas pessoais, notícias, discursos oficiais, artigos, ensaios etc. Mais uma vez, seja sob nosso olhar, seja com as menções de época, é importante, para o tratamento desses textos em *corpora* linguísticos, não considerar nenhum recorte de controle como uma realidade natural, como se ser uma *notícia* ou um *artigo* fosse uma realidade em si.

Isso fica patente quando consideramos o caso de uma série de cartas anônimas de Christiano Otonni sobre a interferência da religião na política brasileira em 1875. Em sua segunda carta publicada, lemos que o autor se espantara ao ter visto seu primeiro *artigo* incluído na seção dos editoriais, rotulada no jornal como COLLABORAÇÃO, posta sempre no mesmo lugar da primeira página. Ele próprio denomina seu texto de *artigo* e inicia uma série de editoriais que se estenderam por um ano no *Correio Paulistano*. No ano seguinte às publicações, o próprio autor as reúne em livro. Seus textos iniciais seriam os mesmos, fossem vistos como *editoriais* ou *cartas de leitores*. Conforme avançam pelos meses, começam a assumir responder às críticas publicadas em outros jornais, inclusive de outros estados. Os rótulos e os gêneros são os mesmos, mas a predominância dos modos textuais internos se coaduna com as réplicas do debate iniciado. O que isso sinaliza para nossos trabalhos? Que nenhuma dessas possibilidades macro e micro textuais deve ser desprezada e se transforma em categorias de controle quantitativo em nossas pesquisas. As recorrências que serão observadas poderão identificar desde estilos pessoais até TD não tão amplas quanto os *editoriais* de nossa sociedade. Na solidão do trabalho de recolha de dados, o pesquisador não saberá *a priori* o que tem em mãos.

Suas afirmações seguirão o grau de sua experiência com o universo dos materiais usados e do conhecimento da história social e da história social da escrita na época de vida de quem escrevera os textos que o pesquisador usa. Poderão ser um estilo, um gênero textual, um tipo de texto, uma TD que alcança grupos específicos, quer dizer, nada tão amplo e seguro como *folhetins* e *editoriais*. Isso impede que o pesquisador não se refira ao quadro teórico que concebe as TDs? Não, não impede, até porque os pesquisadores, ao mesmo tempo em que avaliam a mudança linguística de determinados fenômenos, geralmente seguem descrevendo qualidades dos materiais que usam. Qualidades essas que seguem revelando, aos poucos, elementos dos papéis sociocomunicativos das épocas pretéritas. Assim, no avanço das pesquisas continuadas, os pesquisadores seguem não apenas revelando menções a categorias da cultura escrita das sociedades pretéritas, mas também seguem formando uma erudição sobre as épocas pretéritas que estudam. Tudo isso converge na identificação de TDs nos *corpora* estudados.

Palavras finais

Fora da solidão do pesquisador usuário de *corpora* históricos e dentro da solidão dos construtores de *corpora*, o ponto central é aproveitar as TDs identificadas e tentar reconhecer o jogo de aproximação ou afastamento dessas TDs que os textos cotidianos – como cartas pessoais – possam revelar na incidência das recorrências de uma dada TD em si. Essa tem sido a investida em tentar perceber esse reflexo na grafia, pontuação e estruturas gerundivas dos jornais em cartas pessoais do século XIX. Materializações de imagens de entidades textuais de prestígio na cultura escrita que nos servem para distinguir graus de erudição de redatores e, quem sabe, recuperar uma imagem translúcida da variação desde os eruditos até onde seja possível alcançar usos vernáculos que abriam frestas na capa e espada da escrita. Servem aos nossos construtos engenhosos, nada de novo debaixo do sol.

Referências

- BARBOSA, Afranio Gonçalves (2006). Tratamento de *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e lingüísticos. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Tomo II. Salvador: EDUFBA. p. 761-780.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves (2007). Normas cultas e normas vernáculos: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba T. de; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini; LOPES, Ruth E. Vasconcellos (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Pontes. p. 483-498.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves (2009). *Novos corpora para estudos diafásicos: cartas pessoais e cartas publicadas em jornais do séc. XIX*. Neue Romania, Veröffentlichungsreihe des Studienbereiches Neue Romania des Instituts für Romanische Philologie der FU Berlin, p. 197-218. Berlin. ISSN:0177-7750
- GANDRA, Ana Sartori (2010). *Cartas de amor na Bahia do século XX: normas lingüísticas, práticas de letramento e tradições discursivas*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.
- JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (2001). Introducción: lengua, texto y cambio lingüístico en la Edad Media iberorrománica. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (Ed.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt: Main-Vervuert; Madrid: Iberoamericana. p. VII-XVIII.
- KABATEK, Johannes (2001). ¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (Ed.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt: Main-Vervuert; Madrid: Iberoamericana. p. 97-132.
- KABATEK, Johannes (2006). Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma (Org.). *Para a história do português brasileiro. VI: novos dados, novas análises*. Tomo II. Salvador: EDUFBA. p. 505-527.
- KOCH, Peter (1997). Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris (Ed.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr. p. 43-79. Tradução de Alessandra Castilho.

- LOBATO, Laura Camisassa Rodrigues (2009). *Gênero textual na metodologia de pesquisa em gramaticalização*. Dissertação de Mestrado. FALE, Universidade Federal de Minas Gerais.
- OESTERREICHER, Wulf (2001). La 'recontextualización' de los géneros medievales como tarea hermenéutica. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (Ed.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt: Main-Vervuert; Madrid: Iberoamericana. p. 199-231.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2005). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- PACÍFICO BARBOSA, Socorro de Fátima (2007). *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova.
- STOLL, Eva (1998). Géneros en la historiografía indiana: modelos y transformaciones. In: OESTERREICHER, Wulf; STOLL, Eva; WESCH, Andreas (Ed.). *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüística: aspectos del español europeo y americano em los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr (ScriptOralia; 112), p. 143-168.
- TINHORÃO, José Ramos (1994). *Os romances em folhetins no Brasil: 1830 a atualidade*. São Paulo: Duas Cidades.